

Joelmir Beting

*Divida
& Fama*

Opção política

O GLOBO

10 SET 1964

A proposta brasileira para a ruptura da moratória externa, que o Secretário do Tesouro James Baker classificou de radical e inaceitável, já nasceu morta e não deveria ter sido levada a Washington pelo Ministro Bresser Pereira. Foi um desgaste inútil para uso externo e para uso interno, na avaliação de um ex-Mnistro da Fazenda, que condicionou a declaração ao anônimo:

“Primeiro: a proposta viola a rotina bancária. E basta isso para retardar a negociação. Os bancos também têm suas bases para consulta e decisão. Segundo: a proposta é tecnicamente inviável porque não tem a menor condição de ser absorvida pelo mercado — para quem tem alguma noção do funcionamento do sistema. O absurdo está não no deságio, que pode ser negociado, mas no “calote branco” embutido na conversão da dívida em **exit bonds** de prazo muito longo e de aval muito frágil, papéis não negociáveis na prática do mercado. Terceiro: ainda que tecnicamente viável, o projeto brasileiro não teria qualquer trânsito político. Por uma simples e boa razão: o tratamento favorecido ou privilegiado dispensado ao Brasil seria imediatamente exigido pelo México, pela Argentina, pelo Peru, pelas Filipinas, por todos os endividados, igualmente degredados filhos de Eva.”

Sem privilégio

As mesmas ponderações foram colocadas pelo Secretário James Baker ao Ministro Bresser Pereira. A proposta nasceu **non starter**: não pode ser tomada como ponto de partida para a negociação direta com os bancos, no recado do Secretário do Tesouro. Tanto assim, que o encontro de terça-feira, em Washington, foi solicitado pelo próprio James Baker. E o ex-Mnistro brasileiro explica:

“Quando o Governo americano tomou conhecimento da proposta brasileira pelos jornais do dia, o Departamento do Tesouro deve ter sido acionado pelo Departamento de Estado. Nestes termos: chama o homem, conversa com ele e avisa que esse negócio não vai passar pelos bancos e muito menos pelos respectivos governos. O problema é político e o Brasil bem que deveria saber disso. O obstáculo é realmente político: não daria para dispensar a todos os devedores o mesmo contrato exigido pelo Brasil em posição de moratória unilateral. No mínimo, isso desencadearia a moratória em cascata, o calote sem fronteira, a quebraadeira do sistema, a implosão política do Ocidente... E não estou blefando.”

Quebrando gelo

Quer dizer que o Ministro Bresser

perdeu a viagem? O ex-Mnistro ressalva:

“O Ministro Bresser Pereira deu um choque nos credores e isso pode somar pontos para a posição de barganha que será testada com o Comitê dos Bancos, dentro de mais duas ou três semanas. Entrar no jogo com uma proposta sem nexo é bem melhor que permanecer em silêncio, do lado de fora do sistema, sem proposta alguma. A coisa se deteriorou de tal maneira que qualquer proposta, ainda que absurda, seria melhor que o isolamento que se seguiu à decretação da moratória. Até porque, decreta-se moratória para se renegociar alguma coisa e não para se isolar do sistema. O Ministro Bresser Pereira quebrou o isolamento e reatou a conversação. Jogou alto, caiu do galho, já sabe onde vai pisar e pode retornar a Nova York no fim do mês com uma proposta **starter**. Nesse dia, o Departamento do Tesouro não terá de beijar a mão do Departamento de Estado. Em resumo: agora em setembro estamos dando o primeiro passo depois da moratória de fevereiro.”

A dura opção

Há alguma possibilidade de acordo ainda este ano? O ex-Mnistodesaperta o nó da gravata:

“Depende da qualidade do projeto de renegociação que teremos de repensar em duas semanas. O mais complicado: depende de um reatamento lateral com as auditorias do FMI. Isso é uma exigência do sistema e não uma teimosia de Washington. Sem o aval técnico do FMI, os bancos não terão como reinjetar poupança no Brasil, porque terão de passar por sobre o cadáver dos acionistas, dos poupadores, dos correntistas. No caso americano, os bancos maiores terão de passar pelo cadáver dos bancos menores — os que estão se desfazendo dos créditos da dívida brasileira com deságios de até 45 por cento. O Brasil só não reatará com o FMI se ousar permanecer do lado de fora do sistema. Essa é uma decisão que ultrapassa o voluntarismo e o triunfalismo que a classe política brasileira vem destilando nessa matéria. Reatar ou não reatar com o FMI é optar por um modelo de crescimento econômico com ou sem a ração suplementar da poupança alheia. Se o Brasil embarcar na segunda alternativa, tudo bem: teremos de acabar com o desperdício nacional bruto, que se amoita dentro do setor público. Cada cruzado terá de fazer o trabalho de dois cruzados. A ordem política teria de passar pelo maior banho de austeridade da história administrativa dos povos. A coisa começaria pelo descarte de 350 mil servidores federais, sem contar os estaduais e municipais. O que os prefeitos, governadores, deputados e senadores acham dessa idéia?”